

9

VALORIZAR A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. POR SERVIÇOS PÚBLICOS UNIVERSAIS E DE QUALIDADE

- **Exigir** a melhoria dos serviços da Administração Pública, a defesa dos postos de trabalho; a valorização dos trabalhadores e respeito pelos seus direitos;
- **Exigir** a reposição do vínculo de nomeação, o aumento dos salários e o desbloqueamento das carreiras profissionais;
- **Exigir** a revogação do regime da mobilidade especial/ requalificação e o descongelamento da admissão de trabalhadores;
- **Exigir** a consolidação da ADSE enquanto sistema de saúde autónomo e a reposição do desconto de 1,5% sobre 12 meses.

DEFENDER O SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

- **Exigir** uma gestão eficiente do Serviço Nacional de Saúde, eliminar desperdícios, reestruturar a rede hospitalar e devolver à gestão pública os hospitais entregues recentemente às Misericórdias;
- **Exigir** que todos os cidadãos tenham um médico e enfermeiro de família e revogar as taxas moderadoras;
- **Exigir** o reforço de meios e alargamento das redes públicas de cuidados de saúde primários e de cuidados continuados;
- **Defender** a fiscalização das entidades privadas prestadoras de cuidados, nomeadamente nos lares e cuidados continuados.

DEFENDER A SEGURANÇA SOCIAL PÚBLICA, UNIVERSAL E SOLIDÁRIA

- **Assegurar** e reforçar o direito à Segurança Social pública e lutar contra a sua privatização;
- **Reclamar** a actualização dos montantes de todas as pensões e do Indexante dos Apoios Sociais e a actualização e melhoria das prestações da Segurança Social em geral;
- **Exigir** a reposição da idade de acesso legal à reforma para os 65 anos e a revogação do factor de sustentabilidade;
- **Assegurar** a antecipação voluntária da idade legal da reforma para os trabalhadores com carreira contributiva igual ou superior a 40 anos, sem penalização;
- **Reclamar** um regime de antecipação da idade legal de reforma, sem penalização, para os trabalhadores que atinjam mais de 30 anos de trabalho em regime de turnos;
- **Defender** a alteração da legislação da condição de recursos, no sentido de facilitar o acesso às prestações não contributivas e a outros apoios sociais;
- **Exigir** a reposição da universalidade do abono de família, reintroduzir os 4º e 5º escalões e repor a majoração para os escalões de menores rendimentos;
- **Exigir** a melhoria do regime de protecção social no desemprego;
- **Assegurar** a diversificação das fontes de financiamento, considerando não só os salários mas também outras componentes da formação do rendimento (Valor Acrescentado Líquido);

POR UMA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE E INCLUSIVA

- **Defender** e melhorar a Escola Pública e as condições de trabalho, garantir a gratuitidade de frequência da Educação Pré-Escolar e de toda a escolaridade obrigatória, eliminar o pagamento de propinas no ensino superior;
- **Garantir** o investimento na alfabetização e na formação de adultos, através de recursos materiais e o recrutamento de profissionais da educação para a concretização destas medidas, no âmbito da Escola Pública;
- **Rejeitar** a progressiva desresponsabilização do poder central e a imposição de processos de municipalização, garantir a rigorosa fiscalização de dinheiros públicos, designadamente os atribuídos a operadores privados;
- **Consagrar** respostas sociais públicas eficazes e de qualidade, como transportes escolares e refeições e garantir a gratuidade dos manuais escolares.

ORGANIZAÇÃO, UNIDADE E LUTA!
A FORÇA DOS TRABALHADORES



O XIII Congresso da CGTP-IN definiu como prioridade o reforço da organização sindical e da dinâmica reivindicativa nos locais de trabalho. Este é o tempo de dar mais força às justas reivindicações dos trabalhadores, pelo aumento geral dos salários, o direito de negociação e a valorização e efectivação dos direitos consagrados na contratação colectiva, a criação de mais e melhor emprego e o combate ao desemprego e à precariedade.

DEFENDER REPOR CONQUISTAR DIREITOS!

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras nos últimos 4 anos deu um contributo importante para defender direitos, combater a ofensiva anti-laboral e anti-social da troika e do Governo do PSD-CDS e assegurar a sua demissão. Com as eleições de 4 de Outubro de 2015, os trabalhadores e o povo rejeitaram as políticas de exploração, de desigualdades e de empobrecimento e exigiram uma mudança de política centrada na valorização do trabalho, na dignificação dos trabalhadores e no progresso e justiça social.



**CARTA
REIVINDICATIVA
SÍNTESE**



**CARTA
REIVINDICATIVA
SÍNTESE**



1

LUTAR POR UMA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO PARA AUMENTAR A PRODUÇÃO E CRIAR EMPREGOS

- **Apostar** na reindustrialização do país e na modernização e diversificação do sector produtivo para produzir mais e importar menos;
- **Reconstituir** o Sector Empresarial do Estado com a reintegração das empresas estratégicas para o desenvolvimento do país;
- **Reduzir** os preços da energia e comunicações para as famílias e as empresas;
- **Revitalizar** o sector produtivo, criar mais e melhorar o emprego e melhorar os serviços públicos para combater a desertificação e as assimetrias e promover a coesão social e territorial do país;
- **Assegurar** melhores serviços públicos que satisfaçam as necessidades das diversas camadas da população;

2

EMPREGO COM ESTABILIDADE; CONTRA A PRECARIIDADE!

- **Exigir** a efectivação do direito ao trabalho e a garantia do emprego estável, seguro e devidamente remunerado;
- **Reclamar** a revogação das normas gravosas do Código do Trabalho;
- **Combater** a precariedade, exigindo que a um posto de trabalho permanente corresponda um vínculo de trabalho efectivo;
- **Exigir** o cumprimento legal das 35 horas de formação contínua, por trabalhador;
- **Assegurar** a formação e a protecção social aos desempregados que não recebem subsídio de desemprego; exigir que os trabalhadores tenham prioridade na graduação dos créditos reclamados em tribunal, decorrentes do encerramento de empresas;

3

MELHORES SALÁRIOS PARA UMA JUSTA REPARTIÇÃO DO RENDIMENTO ENTRE O TRABALHO E O CAPITAL

- **Lutar** pelo aumento geral dos salários como elemento estruturante para elevar o consumo, dinamizar a produção, criar emprego e estimular economia;
- **Reivindicar** os 600€ de SMN, em 2017, e a sua evolução progressiva, com actualização a 1 de Janeiro de cada ano;
- **Assegurar** o pagamento dos salários e a eliminação de todas as limitações à aplicação da contratação colectiva;
- **Exigir** a revogação da sobretaxa do IRS, em simultâneo com o alargamento dos escalões e o aumento da dedução à colecta (despesas com saúde, habitação, educação); taxar o capital e introduzir o princípio do englobamento de todos os rendimentos;

4

35 HORAS PARA TODOS. COMBATER A DESREGULAÇÃO. MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

- **Exigir** a reposição imediata das 35 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores da Administração Pública, bem como a sua aplicação de forma progressiva aos restantes sectores de actividade, sem diminuição de salário;
- **Exigir** o cumprimento dos horários de trabalho consagrados nas convenções colectivas, ou que resultem de usos das empresas, e o fim dos bancos de horas e das adaptabilidades;
- **Exigir** os dois dias de descanso semanal e, no mínimo, os 25 dias de férias anuais;
- **Defender** a valorização legal e contratual do trabalho em regime de turnos, combatendo a sua generalização infundada em vários sectores de actividade;

5

REPOR O DIREITO DE CONTRATAÇÃO COLECTIVA

- **Exigir** a revogação da norma da caducidade; a reposição da renovação automática das convenções e o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador; a publicação das portarias de extensão; o cumprimento da negociação colectiva na Administração Pública;
- **Dinamizar** a luta reivindicativa nos locais de trabalho para afirmar a contratação colectiva como instrumento de progresso social, de distribuição da riqueza e da efectivação dos direitos individuais e colectivos;

6

VALORIZAR, DEFENDER E EXERCER OS DIREITOS DOS TRABALHADORES. PROMOVER A IGUALDADE E COMBATER AS DISCRIMINAÇÕES NOS LOCAIS DE TRABALHO

- **Lutar** pela efectivação dos direitos individuais e colectivos previstos na contratação colectiva e na legislação;
- **Combater** o assédio moral – tortura psicológica no local de trabalho, exigindo a criminalização dos responsáveis;
- **Promover** a igualdade e combater todas as discriminações, directas ou indirectas, em função do sexo, da idade, da deficiência ou da doença, da nacionalidade, da origem racial ou étnica, da religião, da orientação sexual, da filiação e actividade sindical ou por motivos ideológicos;
- **Fazer** cumprir o direito constitucional do "salário igual para trabalho igual" ou de valor igual;
- **Cumprir** a Lei da Paternidade, alargar os prazos dos actuais licenças e combater o despedimento ilegal das grávidas, puérperas e lactantes;
- **Dispensar** do trabalho nocturno ou por turnos trabalhadores (s) com filhos menores de 12 nos, a requerimento dos pais, quando ambos trabalhem nesses regimes;
- **Exigir** uma intervenção célere e eficaz da ACT, da CITE e dos Tribunais de Trabalho, dotando-os dos meios necessários ao reforço da fiscalização;

7

PROMOVER AMBIENTES DE TRABALHO SAUDÁVEIS, PREVENIR E REPARAR A SINISTRALIDADE NO TRABALHO E AS DOENÇAS PROFISSIONAIS

- **Exigir** a efectivação de políticas de prevenção nas empresas e serviços de saúde e de segurança nos locais de trabalho;
- **Defender** a prevenção de riscos específicos que possam afectar a saúde reprodutiva das mulheres trabalhadoras;
- **Reclamar** uma acção global e integrada das políticas ao nível da Prevenção, Reparação, Reabilitação e Reinserção;
- **Alterar** a Lei 98/2009, para assegurar a recolocação dos trabalhadores sinistrados ou vítimas de doença profissional em posto de trabalho compatível com a garantia da salvaguarda do emprego;
- **Defender** um regime específico de antecipação da idade legal de reforma para os trabalhadores que prestem trabalho em regime de turnos contínuos, fixos ou alternados de trabalho nocturno e, também, os que prestem trabalho em condições igualmente penosas e de desgaste rápido;
- **Exigir** o funcionamento das Comissões Permanentes previstas na Lista das Doenças Profissionais e na Tabela de Incapacidades por Acidente de Trabalho;
- **Assegurar** o direito de eleição de Representantes de Trabalhadores para a Segurança e Saúde no trabalho, bem como a criação das respectivas Comissões.

8

COMBATER A POBREZA E A EXCLUSÃO SOCIAL

- **Articular** as políticas económicas, laborais e sociais para a redução das fortes desigualdades existentes;
- **Executar** políticas de inclusão social que erradiquem a pobreza, com a criação de mais emprego e a melhoria dos salários, das prestações e pensões, do complemento social do idoso, dos equipamentos e dos serviços sociais;
- **Promover** a integração social e o emprego de grupos vulneráveis, em particular as pessoas com deficiência e os beneficiários do rendimento social de inserção;
- **Promover** a execução, pelo Estado, de uma política nacional de habitação, com rendas compatíveis com o rendimento familiar.

DEFENDER, REPOR E CONQUISTAR DIREITOS!

Um novo rumo para Portugal passa, inevitavelmente, por uma política de Esquerda e Soberana.



CARTA REIVINDICATIVA SÍNTESE

